SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

CONTRATO Nº 06/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY – HULW E A EMPRESA MAQ-LAREM – MÁQUINAS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

A **EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - FILIAL HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY - HULW**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.126.437/0017-00, Situada na Rua Tabelião Stanislau Eloy, s/n, Castelo Branco - João Pessoa – PB – CEP nº 58.050-585, representada pelo seu Superintendente em exercício o **Dr. MOISÉS DIOGO DE LIMA** brasileiro, portadora do RG nº 936300 - SSP/PB e CPF nº 498.682.764-20, residente em João Pessoa – PB , nomeada através da Portaria nº 116 de 13 de fevereiro de 2019 e por seu Gerente **Dr. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA**, brasileiro, portador do RG nº 440.026 SSP/PB e CPF nº 147.908.154-04, nomeado através da Portaria nº 20, de 23 de janeiro de 2014, publicada no Boletim de Serviços/Ebserh nº 25/2014**,** neste ato denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a sociedade empresária **MAQ-LAREM – MÁQUINAS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, estabelecida na Av. Epitácio Pessoa, 2580, loja 1 – Tambauzinho – João Pessoa – PB, inscrita no **CNPJ Nº 40.938.508/0001-50**, neste ato representada pelo seu Gerente Comercial, **Sr. MARINALDO DE SOUSA CONSERVA,** brasileiro, casado, RG Nº 1008920 - SSP-PB, CPF Nº 466.963.424-00, residente à Rua Luíz Prímola da Silva, 213 – Bancários – CEP: 58.051-340– João Pessoa – PB, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23539.004116/2018-82**, e em observância às disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 80/2018//HULW/EBSERH**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de impressão, cópia e digitalização para o Hospital Universitário Lauro Wanderley da Universidade Federal da Paraíba (HULW-UFPB), filial EBSERH, compreendendo serviços para impressão de documentos e exames de imagem como tomografias e eletroencefalograma, assim como resultados de exames do laboratório e demais demandas das áreas administrativa e assistencial no Hospital Universitário Lauro Wanderley - HULW, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

TIPO	QTD.	FRANQUIA UNITARIA	FRANQUIA TOTAL	CUSTO PÁGINA	CUSTO FRANQUIA (MENSAL)	CUSTO TOTAL ANO
Impressora Laser Monocromática, A4 – 40 ppm. – Modelo: 4020	68	2500	170000	R$ 0,0382	R$ 6.500,00	R$ 78.000,00
Multifuncional a laser monocromática, A4 – 37 ppm – Modelo: 4070	30	3000	90000	R$ 0,0435	R$ 3.916,67	R$ 47.000,00
Multifuncional a laser monocromática, A3 – 50 ppm – Modelo: K 7500	1	20000	20000	R$ 0,0708	R$ 1.416,67	R$ 17.000,00
Multifuncional laser colorida, A4 – 40 ppm – Modelo: COLOR	4	2000	8000	R$ 0,3958	R$ 3.166,67	R$ 38.000,00
TOTAL					**R$ 15.000,00**	**R$ 180.000,00**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 07/03/2019 e encerramento em 06/03/2020, podendo ter a sua duração prorrogada com vistas à manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Ebserh, respeitado o disposto no art. 91 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, observados ainda os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.8. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é R$ **15.000,00** (quinze mil reais), perfazendo o valor total de R$ **180.000,00** (Cento e oitenta mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.*

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26443/155023
Fonte: 6153000000
Programa de Trabalho: 109661
Elemento de Despesa: 339039

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de ***30*** (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

5.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017;

5.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.5. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.6. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

> **5.7.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.7.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.8. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

5.9. Caso se constate o descumprimento da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.9.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.11. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

5.11.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

· Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
· Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
· Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
· Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
· Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
· Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

5.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.14. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, quando couber:

> **5.17.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP
EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido
I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento
VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O reajuste do contrato deve ser concedido se entre a data da apresentação da proposta e a assinatura do contrato transcorreram mais de 12 (doze) meses, pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo, conforme artigos 106 e 109, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Contrato;

8.3. Fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Termo de Referência;

8.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.5. Assegurar aos técnicos credenciados pela CONTRATADA o acesso aos ambientes onde serão executados os serviços, resguardadas as normas de sigilo e segurança impostas pelo CONTRATANTE;

8.6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o HULW se reserva o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio de servidores formalmente designados, como gestores e fiscais do contrato, para executar, operacionalmente, as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, conforme o disposto no art. 40 da Lei nº 13.303/2016 e o Art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH;

8.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o Anexo XI da IN SLTI/MPOG N. 05/2017.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. O prazo de garantia da solução terá como prazo toda a vigência do contrato, que inicialmente será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por mais 4 períodos de 12 (doze) meses, totalizando 60 (sessenta) meses.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.3. Prestar os serviços estabelecidos neste Termo de Referência;

9.4. Responder por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do HULW, ou de terceiros, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao ressarcimento;

9.5. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os EPI, quando for o caso (uniformes, crachás e EPI em boas condições de conservação e higiene). Assim, nas dependências do CONTRATANTE, o uso de uniformes adequados com a identificação da empresa CONTRATADA e em bom estado de conservação, de EPI e EPC adequados aos serviços deverá ser considerado obrigatório sendo o não cumprimento passível das sanções previstas;

9.6. Os profissionais também deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

9.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, a época própria, tais como: salários; treinamento; exames médicos periódicos; uniformes; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; auxílio alimentação/refeição; vales-transportes etc.; quando concernente, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas;

9.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.9. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência do sinistro, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência do HULW;

9.10. Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.11. Atender às observações e reclamos da FISCALIZAÇÃO, concernentes a prestação dos serviços, em até 48 (quarenta e oito) horas do recebimento do comunicado impresso;

9.12. Por FISCALIZAÇÃO entende-se a atividade exercida de modo sistemático pelo HULW e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

9.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.14. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório em João Pessoa, Paraíba, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

9.15. Obrigação de o contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

9.16. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à EBSERH, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.17. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

9.18. A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere à EBSERH a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis;

9.19. Não permitir qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalhos noturno, perigoso ou insalubre;

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Apresentar a contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para execução de serviços;

9.22. Instruir seus empregados quanto a necessidade de acatar as normas internas da Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

10.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

10.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

10.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

10.1.8. não mantiver a proposta;

10.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 104 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no caput, do Art. 111 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/16, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União e em portal eletrônico mantido pela Ebserh, no prazo previsto no Regulamento de Licitações e Contrato da Ebserh.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY

EXTRATO DO CONTRATO

NÚMERO: 23539.004116/2018-82

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 06/2019/ HULW-EBSERH

CONTRATANTE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY/EBSERH- CNPJ Nº 15.126.437/0017-00

CONTRATADA: MAQ-LAREM MÁQUINAS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 40.938.508/0001-50

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (HULW-UFPB), FILIAL EBSERH, COMPREENDENDO SERVIÇOS PARA IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EXAMES DE IMAGEM COMO TOMOGRAFIAS E ELETROENCEFALOGRAMA, ASSIM COMO RESULTADOS DE EXAMES DO LABORATÓRIO E DEMAIS DEMANDAS DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E ASSISTENCIAL NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEY – HULW.

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PE Nº80/2018

VIGÊNCIA:07/03/2019 a 06.03.2020

VALOR: R$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
GESTÃO DA UNIDADE:26443/155023
FONTE: 6153000000
PROGRAMA DE TRABALHO:109661
ELEMENTO DE DESPESA:339039

DATA: 07/03/20198

SIGNATÁRIOS: Dr. MOISÉS DIOGO DE LIMA SUPERINTENDENTE-HULW/EBSERH, EM EXERCÍCIO, DR. ALBERTO MAGNO DE ARRUDA PALMEIRA, GERENTE ADMINISTRATAIVO E MARINALDO DE SOUSA CONSERVA SÓCIO GERENTE/MAQ-LAREM MÁQUINAS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA.

JOÃO PESSOA,07 DE MARÇO DE 2019

Prof. Dr. Moises Diogo de Lima
Superintendente em Exercício
HULW/UFPB/EBSERH

Dr. MOISÉS DIOGO DE LIMA
SUPERINTENTENDE EM EXERCÍCIO- HULW/EBSERH